



65º CONAD ATUALIZA PLANOS DE LUTAS DA CATEGORIA DOCENTE PÁG. 4 A 7



Agenda: Confira os eventos que serão realizados no segundo semestre de 2022

Pág. 8 e 9

Entrevista: Cleber Santos Vieira, presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, fala sobre os 10 anos da Lei de Cotas

Pág. 10 a 13

CARTA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

65º. CONAD DO ANDES-SN

Retorno presencial com condições de trabalho e políticas de permanência para fortalecer a luta por Educação Pública e liberdades democráticas

Entre os dias 15 e 17 de julho 2022 aconteceu o 65º Conad do ANDES-SN, o primeiro presencial em tempos de pandemia, realizado numa conjuntura de aprofundamento do projeto do Capital, em que as políticas ultraneoliberais assolam a classe trabalhadora. Este cenário é marcado por uma realidade de fome, desemprego, destruição socioambiental e de violência política, com o avanço do fascismo. Os ataques aos direitos sociais, às políticas públicas e à democracia perpetuam a violência, sobretudo contra mulheres, população e juventude negra, povos originários e tradicionais, população LGBTQIAP+, direitos da classe trabalhadora em geral e seu direito de lutar.

O(A)s delegado(a)s, o(a)s observadore(a)s e convidado(a)s tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais da história de luta e resistência e da musicalidade que emana de Vitória da Conquista.

O território que hoje abriga a cidade de Vitória da Conquista, terceira maior cidade do estado da Bahia, foi habitado pelos povos indígenas Mongoyó, Ymboré e Pataxó. Os aldeamentos se espalhavam por um longo território, das margens do Rio Pardo até o Rio de Contas, conhecido como "Sertão da Ressaca". Além das populações indígenas, populações negras, ainda presentes nos territórios quilombolas rurais e urbanos, construíram a ocupação dos sertões mais profundos da Bahia desde o período colonial.

A Adusb, seção sindical do ANDES-SN que neste ano completará seu 40º aniversário, sediou o 65º Conad, recebendo-nos com aconchego e afeto, o que nos aqueceu no frio e garoa inusitados para o imaginário acerca da Bahia. A comissão local organizou os debates das plenárias no auditório Glauber Rocha, natural de Vitória da Conquista e referência do Cinema Novo, e nas salas de aula do módulo IV tivemos as discussões dos grupos mistos.

A organização do evento proporcionou-nos condições para termos um Conad de qualidade. Tivemos batuques, pífanos, samba e MPB brindando-nos entre os intervalos para os lanches e almoço - maravilhosos, pois a arte e a cultura popular nos animam na nossa luta cotidiana.

Sempre contamos com a presença da equipe de coordenação do evento, composta pela diretoria da Adusb e o apoio logístico dos funcionários e funcionárias da seção sindical e da equipe de monitores e monitoras.

De pronto na plenária de abertura o ANDES-SN reafirmou o compromisso com a defesa da categoria num ato de apoio e solidariedade à professora e lutadora Elizabeth Lewis, ex-presidenta da Adunirio Ssind, que está sob ameaça de cancelamento de sua efetivação.

Foram três dias de intensos debates em plenárias e grupos mistos, como preza nosso histórico método de deliberar as ações do sindicato pela base. Atualizamos a análise de conjuntura e o Plano Geral de Lutas, reafirmando o compromisso do ANDES-SN em defesa da Educação Pública, Gratuita, Laica e Socialmente referenciada. Na análise de conjuntura, em âmbito nacional, destacou-se a violência política, os ataques à Educação e aos direitos sociais e trabalhistas. Reafirmamos a necessidade de construção da unidade na luta para enfrentar o bolsonarismo nas ruas e nas urnas. No Plano Geral de Lutas apontamos os imensos desafios em organizar a reação contra a privatização da Educação, os cortes orçamentários, o Reuni Digital, o retorno presencial sem as condições sanitárias e de ensino e aprendizado adequadas, e a defesa da liberdade de cátedra.

Aprovamos a prestação de contas e o orçamento para o próximo ano, tarefa precípua do Conad, que possibilitará

continuarmos fortalecendo nossas lutas, o enfrentamento ao projeto do Capital e seu representante na versão ultraneoliberal, o governo Bolsonaro, que tem promovido um retrocesso civilizatório e, em particular, atacado a educação pública e as universidades, institutos e Cefets.

Como o momento exige, foi um Conad pleno de discussões, tanto pelos desafios que a conjuntura nos impõe, como pela necessidade de fortalecer nossa posição contra o assédio em todas as dimensões dessa sociedade exploradora e opressora da vida e do planeta, que os interesses do Capital tenta nos impor.

Os tempos sombrios de retrocessos e conservadorismo, "página infeliz da nossa História", que ameaçam retornar, contrapondo-se àquilo que historicamente construímos em nosso Sindicato, não podem incidir sobre nossa luta e sobre o significado do que é preciso fazer rumo à emancipação humana.

Temos o desafio de derrotar Bolsonaro e o bolsonarismo, que representam o retrocesso político e civilizatório que o país atravessa. Com unidade e firmeza em nossos princípios, venceremos essa etapa e continuaremos a realizar o projeto histórico de educação emancipadora que há 41 anos nosso sindicato tem construído.

Nem um passo atrás, nossa luta é por uma sociedade anticapitalista, antimachista, antiLGBTQIAP+ fóbica e anticapacitista.

**Fora Bolsonaro e Mourão!
Em defesa das liberdades
democráticas!
Contra os desmontes da educação
pública!
Viva o ANDES-SN!**

Vitória da Conquista (BA), 17 de julho de 2022

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Luís Andrade, Renata Maffezoli

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

Para os que virão

Thiago de Mello

“Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro.
Sabendo que não vou ver
o homem que quero ser.
Já sofri o suficiente
para não enganar a ninguém:
principalmente aos que sofrem
na própria vida, a garra
da opressão, e nem sabem.
Não tenho o sol escondido
no meu bolso de palavras.
Sou simplesmente um homem
para quem já a primeira
e desolada pessoa
do singular – foi deixando,
devagar, sofredamente
de ser, para transformar-se
– muito mais sofredamente –
na primeira e profunda pessoa
do plural.

Não importa que doa: é tempo
de avançar de mão dada
com quem vai no mesmo rumo,
mesmo que longe ainda esteja
de aprender a conjugar
o verbo amar.
É tempo sobretudo
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos.
Se trata de ir ao encontro.
(Dura no peito, arde a límpida
verdade dos nossos erros)
Se trata de abrir o rumo.
Os que virão, serão povo,
e saber serão, lutando.”



65º Conad atualiza do plano de lutas e fortalece categoria docente



Foto: Lázaro Mendes

A música do projeto Marujada Mirim, do Beco de Dôla, abriu os trabalhos do 65º Conad do ANDES-SN, que aconteceu de 15 a 17 de julho, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), em Vitória da Conquista (BA). Com o tema central "Retorno presencial com condições de trabalho e políticas de permanência para fortalecer a luta por Educação Pública e liberdades democráticas", o encontro reuniu 197 participantes.

Durante três dias de debates e deliberações, as e os docentes presentes no encontro discutiram a conjuntura nacional e internacional, atualizaram os planos de lutas gerais e dos setores do Sindicato Nacional e aprovaram as contas da entidade.

"Nós temos uma avaliação bastante positiva do 65º Conad, tanto em termos de organização quanto em termos das discussões políticas que foram realizadas e das deliberações. A Seção Sindical que acolheu esse Conad, a AduSB SSind, fez um excelente processo de organização, o que possibilitou que

o tempo do Conad fosse respeitado e bem aproveitado para as discussões e deliberações do nosso conjunto das seções sindicais", afirmou Rivânia Moura, presidenta do ANDES-SN.

Abertura

Durante o momento inicial do evento, foram apresentadas algumas produções do Sindicato Nacional, como a 70ª edição da revista Universidade e Sociedade e vídeos de campanhas elaboradas pela entidade. Antes de anunciar oficialmente a abertura do 65º Conad, a presidenta do ANDES-SN reforçou o apoio à professora Elizabeth Lewis, que está sendo ameaçada pela reitoria da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) de anulação de sua posse, após oito anos de dedicação à instituição. A plenária foi encerrada com a plateia repetindo em coro: Elizabeth fica!

"Elizabeth é reconhecidamente uma lutadora social e importante militante em defesa da educação pública", destacou Rivânia.

Foto: Lázaro Mendes



Marujada Mirim, do Beco de Dôla

Formado por crianças e adolescentes, o grupo animou as e os participantes com sua batucada e alegria contagiante. Os instrumentos utilizados pelo grupo são feitos de materiais reciclados pelo projeto, que tem como propostas a transformação social através da arte e valorização da herança cultural do povo negro.

Universidade e Sociedade

Durante a abertura do 65º Conad foi lançado o número 70 da revista *Universidade e Sociedade*, publicação semestral do ANDES-SN. Luiz Henrique Blume, 3º secretário do ANDES-SN e do conselho editorial da publicação, falou do conteúdo da edição que tem como tema central “Retorno presencial e pandemia: desafios do trabalho docente no contexto das transformações educacionais”.

De acordo com Blume, a publicação dialoga com a conjuntura política e social, com os ataques enfrentados pela categoria docente, como a precarização do trabalho e ameaça de implementação do ensino à distância e híbrido, e com a luta empenhada em defesa da educação pública. Além disso, presta homenagem à Semana de Arte Moderna de 1922 e ao poeta amazonense Thiago de Melo. A revista foi distribuída aos e às participantes e também pode ser [lida aqui](#).



Foto: Lázaro Mendes

Conjuntura

O enfrentamento ao bolsonarismo, aos ataques à educação e às opressões pautaram as discussões, durante a primeira plenária temática do 65º Conad, realizada no dia 15 de julho, que teve como objetivo a atualização do debate do ANDES-SN sobre conjuntura e movimento docente. Cinco textos foram encaminhados ao Caderno de textos e seu anexo, mas apenas quatro foram apresentados na plenária por representantes de seus autores e suas autoras.

Após as apresentações, foram abertas falas às e aos docentes presentes na plenária. As cinquenta inscrições foram intercaladas para garantir a paridade

de gênero. As manifestações das e dos participantes aprofundaram os temas trazidos pelos e pelas proponentes como a interseccionalidade da luta de classe e das lutas contra o machismo, o racismo, o capacitismo e a lgbtqia+fobia. Também apontaram como a tarefa do Sindicato Nacional seguir na luta pela revogação da Emenda Constitucional 95 (do Teto dos Gastos), em defesa da Educação pública, pela construção de uma greve do Setor da Educação e no combate ao bolsonarismo nas ruas e não apenas nas urnas.

“Além da atualização sobre a guerra na Ucrânia, os ataques à educação pública e ao conjunto dos serviços e servidores e

servidoras públicos, implementados pelo governo federal e nos estados, bem como a necessidade de derrotar o governo Bolsonaro-Mourão, foram pautadas nas falas, assim como a articulação das lutas protagonizadas pelo ANDES-SN em relação ao movimento docente, centro do debate. A plenária também levantou questões fundamentais em relação ao enfrentamento às opressões de gênero, sobretudo no que se refere às diversas formas de assédio, reafirmando a necessidade de avançar nessas pautas, no bojo da luta mais ampla por outro projeto societário”, explicou Andréa Matos, 1ª tesoureira da Regional Norte 2, que presidiu a plenária.



Foto: Lázaro Mendes

Plano de lutas gerais

Durante a tarde e noite do dia 16, as e os participantes do 65º Conad do ANDES-SN se dedicaram a discutir e deliberar sobre os planos de lutas gerais e dos setores das Federais, Estaduais e Municipais do sindicato e também sobre os textos de resoluções desses temas encaminhados pelo 40º Congresso, realizado em Porto Alegre (RS), em março deste ano.

“Vale destacar a discussão e aprovação de toda a pauta que veio do Congresso e a atualização do nosso plano de lutas. Conseguimos fazer um bom debate, aprovamos a nossa reação contra os cortes orçamentários, contra o Reuni Digital, contra o retorno presencial sem condições sanitárias, aprovamos

a atualização dos eixos do nosso plano sanitário e educacional, a defesa do ensino presencial, gratuito e de qualidade, a defesa da liberdade de cátedra e da democracia, que têm sido tão ameaçadas nessa conjuntura”, afirmou Rivânia Moura.

A presidenta do ANDES-SN destacou ainda as discussões sobre o apoio às lutas

dos povos originários, a defesa do meio ambiente, contra os desmatamentos, e demais temas que englobam a questão ambiental. E, ainda, o debate sobre Ciência e Tecnologia públicas e a importância para a classe trabalhadora, e a necessidade de intensificar a luta em defesa da recomposição orçamentária para esta área.

GTPEGDS

No bojo desta temática, foram encaminhadas várias ações como a ampliação do debate sobre a luta das pessoas com deficiência e a luta anticapacitista e realização, em 2023, o III Seminário Nacional Integrado, organizado pelo GTPE, que inclui: V Seminário Nacional de Mulheres do ANDES-SN, IV Seminário Nacional de Diversidade Sexual e V Seminário Nacional de Reparação e Ações afirmativas do ANDES-SN.

Também será organizado, no próximo ano, o III Seminário Intercultural, organizado pelo GTPAUA e GTPCEGDS, contemplando a discussão socioambiental a partir dos debates sobre a transição socialista das matrizes energéticas e tecnologia, articulando perspectivas de classe, gênero, raça, orientação sexual, etarismo e origem nacional.

As e os docentes irão, ainda, prosseguir a luta em defesa da continuidade da política de cotas raciais, incluindo as cotas na pós-graduação e concursos públicos, e ampliar o debate sobre a construção das Comissões de Heteroidentificação. Também foram aprovados outros encaminhamentos para fortalecer a luta antirracista no âmbito do Sindicato Nacional.

Como recomendação de um dos grupos mistos, o Sindicato Nacional adotou, a partir deste 65º Conad, o uso da sigla LGBTQIAP+ em seus materiais e publicações. A sigla é, um acrônimo para lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros e travestis, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais com um sinal "+" para reconhecer as orientações sexuais ilimitadas e identidades de gênero.

GTPE

Em relação às políticas de educação, o debate centrou na atualização do plano sanitário elaborado pela categoria para o retorno seguro às atividades presenciais, no enfrentamento ao Reuni Digital e outros ataques à educação, bem como outras ações em defesa das condições de trabalho e da qualidade do ensino público.

Para isso, será realizado o VII Seminário Estado e Educação, ainda no segundo semestre desse ano, tendo como eixos

norteadores o Ensino Emergencial Remoto (ERE), ensino híbrido e militarização da educação e defesa de cotas.

Ainda foi debatida a necessidade de combater a utilização de softwares privados na educação pública e lutar pela utilização de softwares livres.

Em relação às medidas sanitárias, foram definidas diversas diretrizes sanitárias para que as Seções Sindicais desenvolvam ações de luta em todas as instituições de ensino superior públicas em defesa da garantia de estrutura física de funcionamento das IES com segurança para o retorno presencial e pela construção democrática de um "Plano Sanitário e Educacional: em defesa da vida e da educação", com a participação dos segmentos de suas comunidades acadêmicas.

As delegadas e os delegados votaram, por exemplo, medidas relativas às condições de busca e de recuperação da saúde daqueles e daquelas que tiveram suas condições de vida afetadas pela covid-19 e pelas condições de trabalho exaustivas durante a pandemia, incluindo a atenção de saúde por profissionais de saúde biomédica e vitalista. E que os e as docentes que, nesse momento, não deveriam retornar às atividades presenciais, tenham todas as garantias de não prejuízo na carreira e no salário, ou de qualquer outra natureza. O plano atualizado será encaminhado às seções sindicais.

Ciência e Tecnologia

A plenária se dedicou ao debate e votação de questões relativas às políticas de ciência e tecnologia, como ampliar a participação do ANDES-SN, especialmente por meio das seções sindicais, nas atividades e estudos da entidade Auditoria Cidadã da Dívida, intensificando a luta em defesa da efetivação da auditoria da dívida pública pelo governo federal; e aprofundar a luta pelo aumento de recursos públicos para as Universidades públicas estaduais e municipais e para os institutos federais e Cefet.

Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria

A luta em defesa da recomposição do salário de docentes aposentadas e aposentados também foi aprovada, assim como a atualização, até 2021, da pesquisa sobre situação de ataque à Previdência nos estados.

A situação dos hospitais universitários após uma década de implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), bem como da previdência de servidoras e servidores dez anos após

a criação do Funpresp serão objeto de análise em seminários e publicações. Da mesma forma, as e os docentes reforçaram a luta em defesa dos HU e do Sistema Único de Saúde e da Previdência Pública.

Foram votadas também deliberações sobre a carreira docente, como ampliar o debate sobre carreira única do professor federal e os eixos que a compõem, e ainda a realização do III Seminário sobre Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Ebtt); sobre história do movimento docente e a luta por memória, verdade, justiça e reparação; e, ainda, sobre questões de políticas agrárias, urbanas e ambientais, como o apoio à luta das populações tradicionais e originárias e denúncia de desastres socioambientais.

"Pontos muito importantes trazidos do 40º Congresso do ANDES-SN foram aprovados nesse 65º Conad. Um que gostaria de enfatizar foi o plano sanitário atualizado, que nos arma para fazer os enfrentamentos nas nossas instituições, diante da falta de uma política, tanto por parte do governo Bolsonaro quanto de muitos reitores das nossas instituições e de governos dos estados. Outro ponto que consideramos importante foi justamente aprovar várias resoluções que reforçam o caráter do nosso sindicato, como entidade antirracista e que compreende que essa luta deve ser central, assim como também deve ser a luta contra a Lgbtqiap+fobia, a contra misoginia, contra o machismo e contra o capacitismo", avaliou Cláudio Mendonça, 2º vice-presidente da Regional Nordeste 2 do ANDES-SN, que presidiu a plenária.



Foto: LÁZARO MENDES

Organizativas e Financeiras

Os debates no último dia do 65º Conad (17) iniciaram com a aprovação das questões financeiras do ANDES-SN. As e os participantes aprovaram as prestações de contas do exercício de 2021 da entidade, do 40º Congresso do Sindicato Nacional e, ainda, a previsão orçamentária para 2023, com a inclusão da contribuição ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio Econômico (Dieese). “Essas deliberações são importantes, pois apontam para a garantia da nossa luta, das nossas pautas, do nosso enfrentamento”, avaliou Jennifer Webb, 3ª tesoureira do ANDES-SN, que presidiu a plenária do tema 3.

A plenária discutiu ainda outros temas como a sede do próximo Conad – Campina Grande (PB) - e a necessidade de apoio do ANDES-SN às seções sindicais para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

“Também debatemos questões importantes para o nosso sindicato, algumas delicadas, mas que são fundamentais para o exercício daquilo que é a democracia do Sindicato, dos nossos princípios de intolerância com qualquer tipo de violência, com qualquer tipo de conduta que não sejam coerentes com aquilo que defendemos”, acrescentou Jennifer.

TR5

A análise do Texto de Resolução 5, que tratava de denúncia de assédio contra um ex-diretor do Sindicato Nacional,

foi realizada no último dia do Conad. Na ocasião, o plenário do 65º Conad, definiu pela exclusão do docente da base de sindicalizados do ANDES-SN. Foi oportunizada a disponibilização do relatório da Comissão de Averiguação e a defesa do docente, além de manifestações orais do docente e dos membros da comissão. Após diversas manifestações do plenário, a exclusão do docente foi aprovada por 40 votos favoráveis, cinco contrários e nove abstenções.

“Enfrentamos pautas muito difíceis para esse sindicato, que tem avançado na luta contra todas as formas de assédio. Nós enfrentamos essa pauta, com um processo também interno, destacando o papel que o sindicato tem de fazer com que suas instâncias sejam espaços para concretizar nossos princípios, nossa concepção sindical, na nossa prática cotidiana e nas nossas relações. Foi uma pauta desafiadora, mas muito importante. É preciso avançar rumo a um processo de emancipação humana, que só é possível sem qualquer forma de violência, de opressão e de exploração”, acrescentou Rivânia Moura.

Encerramento

Depois de três dias de intensos debates e importantes deliberações, chegou ao fim o 65º Conad do ANDES-SN. No encerramento, foram aprovadas 12 moções, entre as quais as que expressaram pesar e repúdio pelo assassinato de Bruno Pereira Araújo e Dom Philips, pelo brutal assassinato de Marcelo Arruda e

solidariedade a seus familiares, amigos e amigas; solidariedade à professora Elizabeth Sara Lewis, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); apoio à campanha Paz nas Eleições, uma iniciativa da sociedade civil organizada para enfrentar a escalada de violência política evidenciada nas últimas semanas e as tentativas de setores autoritários tentarem deslegitimar o processo eleitoral deste ano.

Após a leitura da Carta de Vitória da Conquista, documento político que resume os debates do 65º Conad, a presidenta do ANDES-SN encerrou os trabalhos com a declamação do poema de Thiago de Mello “Para os que virão”, que está no número da revista Universidade e Sociedade lançada durante o evento.

“O 65º Conad reafirmou a necessidade urgente e imprescindível de derrotar Bolsonaro nas urnas e nas ruas e derrotar também o bolsonarismo, que está instaurado na nossa sociedade. E isso só se faz com a organização da classe trabalhadora, com movimentos amplos de rua, de enfrentamento, para que possamos, sim, fortes, juntos e em unidade destruir esse governo que tem sido um ataque à nossa condição humana, à nossa dignidade, à nossa condição de trabalhadoras e trabalhadores. O ANDES-SN sai fortalecido nessa perspectiva de continuar pautando a construção da unidade, o Fora Bolsonaro, e a necessidade de derrotar esse retrocesso político e civilizatório que o país atravessa”, avaliou Rivânia.



Outra apresentação que marcou abertura do 65º Conad foi a exibição de um dos vídeos da Campanha “Universidades Estaduais e Municipais: quem conhece, defende!”. Aprovada no 40º Congresso do ANDES-SN, a campanha é composta por diversos materiais visuais, como outdoors, cartazes, camisetas e uma série de vídeos com a personagem Preta Mari.



Participantes

O 65º Conad do ANDES-SN, segundo evento deliberativo presencial desde o início da pandemia, contou com a participação de:

58 Seções Sindicais
55 delegados e delegadas
109 observadores e observadoras
7 convidados e convidadas
26 diretores e diretoras

Total de **197** participantes

66º Conad

As delegadas e os delegados aprovaram, por aclamação, a cidade de Campina Grande, na Paraíba, como sede para o 66º Conad. A Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande (Adufcg SSInd) será responsável pela organização do encontro. A Adufcg SSInd, já sediou outros dois eventos nacionais deliberativos do Sindicato Nacional: o 36º Conad, em 1998, e o 27º Congresso, em 2007.

“Será importante inclusive para manter a história política da nossa Seção Sindical, que completará 45 anos de existência em 2023. Pela terceira vez, nós nos dispomos a acolher outro evento nacional. Pela conjuntura em que nós nos encontramos, pelo fato de estarmos sob uma intervenção bolsonarista na UFCG e também pra porque certamente fortalecerá o trabalho que nós temos procurado fazer, no sentido de trazer o bom debate político para dentro da universidade”, afirmou Antônio Lisboa, delegado da Adufcg SSInd.

ANDES-SN realiza eventos para dar continuidade à organização da luta docente



O ANDES-SN realizará nos próximos meses encontros, seminários, reuniões e um Conad Extraordinário para dar continuidade à organização da luta docente. Esses eventos são deliberações do 40º Congresso do ANDES-SN e do 65º Conad, realizados em março e julho deste ano, respectivamente.

IEES/IMES

18º ENCONTRO DO SETOR DAS IEES/IMES

FINANCIAMENTO, CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE E LUTAS NAS IEES/IMES: QUEM ROUBOU NOSSOS DIREITOS?

19, 20 e 21 de agosto de 2022
UEL - Universidade Estadual de Londrina/PR



Em agosto, acontece o XVIII Encontro das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Iees/Imes), nos dias 19, 20 e 21. A atividade será realizada na Universidade Estadual de Londrina (UEL), no Paraná, e terá como tema “Financiamento, condições de trabalho docente e lutas nas Iees/Imes: Quem roubou nossos direitos?”. O encontro de três dias tratará questões como financiamento das IES, impactos da contrarreforma da Previdência nos estados e municípios, além das condições de trabalho e adoecimento docente. Na ocasião, cada seção sindical do ANDES-SN, inscrita no encontro, apresentará a situação em sua instituição de ensino superior (IES), sobre condições salariais, carreira e financiamento das instituições.

“Depois de dois anos sem o evento, e diante do forte ataque que vêm sofrendo as Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior, a nossa expectativa é que um grande número de seções sindicais do Setor se faça presente no Encontro. Essa ampla participação é de fundamental importância para fortalecer a articulação nacional entre essas instituições, já que o projeto de desmonte também vêm sendo orquestrado entre os governos dos estados em o todo país”, contou Sambara Ribeiro, 1ª vice-presidenta da Regional Nordeste I do ANDES-SN e da coordenação do Setor das Iees/Imes.

EBTT

Já o III Encontro Nacional sobre a Carreira do Ensino Básico, Técnico e

Tecnológico (EBTT) e Ensino Básico das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior acontece entre 21 e 23 de outubro em Vitória (ES). Além dos princípios da carreira, as e os docentes debaterão sobre orçamento e privatização do Fundo público.

Conad Extraordinário

Em novembro, as e os docentes se reúnem mais uma vez no Conad Extraordinário, que acontece em 12 e 13 de novembro, em Brasília (DF), seguindo as deliberações do 40º Congresso do ANDES-SN. As e os docentes irão deliberar se o ANDES-SN se mantém filiado à central sindical CSP-Conlutas, ao qual é vinculado desde 2007. Segundo Elizabeth Barbosa,

1ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN e da coordenação dos grupos de trabalhos de Política Educacional (GTPE) e Seguridade Social/ Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) do Sindicato Nacional, essa é uma temática que já foi tratada nos espaços deliberativos do ANDES-SN, mas que, nos últimos anos, tem sido cobrada por parte da categoria, nos eventos da entidade, nos congressos, reuniões de setores e de grupos de trabalho.

“É um debate que as regionais do ANDES-SN, junto com as seções sindicais, farão nos seus espaços para entender o que significa continuar ou sair da CSP-Conlutas. Ao longo de setembro e outubro serão feitas as discussões, o envio dos textos de apoio, a conclusão do caderno de textos e o envio para as seções sindicais. É importante que a categoria participe e debata sobre o tema para nos fortalecermos enquanto entidade sindical e darmos continuidade à nossa luta”, disse.

Internacional e Multicampia

Já o Seminário Internacional de Educação, Universidades de Fronteira

e Multicampia acontecerá no início de dezembro em Foz do Iguaçu (PR). O evento será sediado na Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Sesunila-Seção Sindical do ANDES-SN) e com apoio da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Adunioeste-SSind.). São esperados especialistas e docentes do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Venezuela e México para discutir a situação do ensino e pesquisa nas universidades da América Latina.

“Uma especial atenção será dada à questão da multicampia, ao uso excludente das novas tecnologias da informação em universidades com múltiplos campi (não só no Brasil) depois dos estragos causados pela pandemia do coronavírus, à questão das universidades de fronteira, enfim, às questões que se encontram na linha de frente dos problemas enfrentados por uma parcela significativa das universidades públicas em nosso e outros países, tão próximos geograficamente e tão desconhecidos de nós. Esperamos também poder realizar, com as nossas entidades irmãs, passos firmes na direção

de uma articulação internacional de entidades sindicais e de defesa do ensino superior público de nossos países vizinhos. Cabe esperar, por isso, uma importante participação no evento de nossas seções sindicais”, avaliou Osvaldo Coggiola, encarregado de Relações Internacionais.

O diretor do ANDES-SN adiantou também que está prevista a realização de um ato internacional nas pontes que conectam o Brasil com a Argentina e com o Paraguai. A programação completa será anunciada mais próxima ao evento.

Na avaliação de Regina Ávila, secretária-geral do ANDES-SN, os eventos que serão organizados no segundo semestre aprofundam temas específicos vinculados à carreira, orçamento, multicampia e, fundamentalmente, compõem a agenda de mobilização e resistência em defesa da educação. “Nossa categoria e o sindicato estarão organizando e participando desses eventos, além das reuniões de GTs e mobilizações nas regionais. É um ano particularmente difícil, com as eleições gerais numa conjuntura de ameaça à democracia e cuja derrota desse projeto é fundamental”, disse.

Já rolou!

No primeiro semestre, o ANDES-SN também realizou diversos eventos, entre eles o 40º Congresso do ANDES-SN, que aconteceu de 27 de março a 1 de abril, em Porto Alegre (RS). Nos dias 11 e 12 de maio, docentes de diversos lugares do país se reuniram no Encontro das Universidades, Institutos Federais e Cefets em luta contra as intervenções, em Brasília (DF), para debater aspectos políticos, jurídicos e os impactos das intervenções na gestão das instituições, as lutas e resistências da categoria docente frente a esse e outros ataques à autonomia universitária. O evento contou ainda com convidadas e convidados de entidades ligadas à Educação e do conjunto do funcionalismo público.



Foto: Lázaro Mendes

Em julho, o sindicato realizou o Seminário Nacional sobre Comunicação Sindical e Mídias Digitais, também na capital federal, que reuniu mais de 40 participantes entre dirigentes sindicais e profissionais da imprensa das seções sindicais e do ANDES-SN, para debater sobre o monopólio das plataformas digitais, democratização da comunicação e o papel das artes, da comunicação e da tecnologia no sindicalismo em tempos de ódio. No mesmo mês, ocorreu ainda o Seminário “Política de Ciência e Tecnologia e mercantilização das universidades e dos institutos públicos de pesquisa”, em São Paulo (SP), promovido pelo Fórum das Seis - que congrega as entidades representativas de docentes, técnicos e técnicas das três universidades estaduais paulistas: USP, Unesp e Unicamp - e a Regional São Paulo do ANDES-SN. O evento debateu a conjuntura atual à luz da legislação que culminou no Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Informação (MLCTI) e os fundos patrimoniais.

De 15 a 17 de julho, as e os docentes se reuniram novamente para o 65º Conad, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), em Vitória da Conquista (BA), para discutir conjuntura e deliberar sobre os planos de lutas gerais e dos setores das Federais, Estaduais e Municipais do sindicato e também sobre os textos de resoluções desses temas encaminhados pelo 40º Congresso.



“Dez anos de Lei de Cotas certamente não foram suficientes para reparar historicamente todo o legado deixado pela escravidão”

Sancionada em agosto de 2012, a Lei 12.711/2012 garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas Universidades e Institutos Federais para estudantes egressos e egressas do ensino médio público ou da educação de jovens e adultos.

A Lei das Cotas estabelece que as vagas destinadas devem ser subdivididas, sendo em parte para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita, renda familiar bruta igual ou superior a um salário mínimo e meio, além do percentual correspondente para pretos, pretas, pardos, pardas e indígenas.

Em 2022, de acordo com a norma, a lei poderá passar por uma revisão, para entender em quais pontos houve avanços e quais foram os impactos na educação superior brasileira. Para adiar esse

processo de revisão, diversos projetos de lei foram apresentados nos últimos anos. Entre eles, o PL 1788/21, de autoria do deputado Bira do Pindaré (PSB-MA), que transfere para 2042 a revisão. Na última sessão antes do recesso parlamentar, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que colocará a votação sobre o prazo de revisão no Plenário no começo de agosto.

Para falar sobre o impacto da Lei de Cotas na rotina das e dos estudantes e no ensino superior brasileiro, convidamos o professor e pesquisador Cleber Santos Vieira, presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, para uma conversa sobre os 10 anos da legislação.

IMPrensa: Quais impactos você avalia que a Lei de Cotas teve para a universidade brasileira?

Cleber: A Lei de Cotas trouxe mudanças significativas dentro da Universidade. Foi uma lei que assegurou egressos do ensino médio público, portanto falamos dos filhos da classe trabalhadora e também as pessoas indígenas, pretas, pardas e estudantes. Ou seja, as pessoas que estão em um estágio de exclusão e vulnerabilidade na sociedade brasileira. Esse acesso às universidades permite o processo de democratização, e também que essa democratização atinja as atividades fins da universidade, que são o tripé ensino, pesquisa e extensão. E, à medida que as pessoas negras acessam esses espaços através da Lei de Cotas, elas também estão diversificando todas essas atividades. Do ponto de vista da iniciação e da produção científica, dos programas de pós-graduação, dissertações de mestrado, teses de

doutorado, enfim, nós temos um conjunto de produções científicas que podemos dizer, com certeza, derivam do processo do qual a Lei 12.711/2012 - Lei de Cotas - faz parte, com ações afirmativas no ensino superior.

As pessoas ingressam com os seus corpos, com suas culturas, perspectivas e horizontes históricos e a partir daí elas certamente aprendem muito, estudam muito nas mais diversas áreas do ensino, da educação, do saber, do conhecimento, mas também têm a oportunidade de explorar cientificamente esses temas.

IMPrensa: Após uma década de sua promulgação, a lei vai passar por uma revisão em 2022. O prazo de 10 anos foi suficiente?

CS: De maneira direta, podemos dizer que dez anos de Lei de Cotas certamente não foram suficientes para reparar historicamente todo o legado deixado pela escravidão. Então, acredito que certamente não foi suficiente. Mas não foi suficiente também por outros motivos. A Lei de Cotas não tem prazo de vigência. A palavra 'revisão' está prevista no artigo 7º, que diz que após dez anos a Lei será revista. Entretanto, se analisar o conjunto da Lei, ela tem três aspectos importantes que são intrínsecos. Primeiro que não há prazo de vigência e não encontraremos em nenhum artigo, nenhuma linha, nada na Lei 12.711 que diga que após dez anos a lei acabaria. Em segundo lugar, o artigo 6º fala em avaliação e monitoramento e diz que é obrigação dos órgãos públicos, a saber do Ministério da Educação e da Secretaria Nacional da Política de Igualdade Racial, promover o monitoramento e avaliação a Lei de Cotas, do programa de reserva de vagas. Intrínseco a esse artigo, tem o que fala da revisão. Então, o sentido da revisão está ligado ao aprimoramento, aperfeiçoamento da lei. Ou seja, implementa-se o processo de cotas, monitora-se, avalia-se e, a partir daí, aprimora. O problema é que, nesses dez anos, a palavra "revisão" passou a assumir, sobretudo dentro do Congresso Nacional, o sentido de um vale tudo.

Se nós considerarmos apenas os fatores conjunturais vamos ver o quanto estamos longe de tudo o que almejamos. Por exemplo, no ano passado tivemos menos de 4 milhões de pessoas inscritas no Enem. E os dados preliminares de

2022 colocam na casa de 3,5 milhões de inscritos. Se considerar o ano de 2016, o ano do golpe, eram mais de 8,5 milhões de jovens inscritos no Enem. Eram 8,5 milhões de sonhos individuais e coletivos que certamente tinham não apenas uma missão e desejo de permanecer nos estudos no nível de graduação e pós-graduação, mas certamente também uma motivação importante em mudar a história do Brasil, diversificando o ensino superior. Os processos de exclusão socioeconômica e racial, que foram acentuados durante a pandemia, trazem desafios novos que reafirmam que dez anos ainda não foram suficientes.

IMPrensa: Mesmo com resultados positivos, você acredita que o programa possa chegar ao fim?

CS: Não acredito que termine. Se nós observarmos o relatório final da Comissão de Juristas sobre o Combate ao Racismo, que efetuou os seus trabalhos no ano de 2021, na Câmara dos Deputados, conclui que a Lei precisa ser aprimorada, que ela não termina sua vigência em 2022, e que, portanto, há muito a se fazer ainda para incluir negros e negras nas universidades públicas brasileiras. A própria Defensoria Pública da União também tem manifestação jurídica no sentido da insuficiência da Lei de

Cotas e que, por este motivo, ela precisa permanecer. Nós acreditamos também que dentro da universidade, do mundo acadêmico, há um reconhecimento da importância dos efeitos da Lei de Cotas. Podemos observar que muitos mitos que existiam, hoje não existem mais. Um exemplo é de quando diziam que a presença de cotistas na universidade iria baixar a qualidade do ensino superior, da produção científica do Brasil. Essa hipótese racista, preconceituosa e elitista não se materializou. Hoje existem dados importantes que demonstram que as pequenas diferenças que existem no momento de ingresso, do ponto de vista do desempenho de estudantes que ingressam por ampla concorrência ou por cotas, ajustam-se no processo do próprio curso de graduação.

As mudanças trazidas foram muitas, de modo que dentro da própria academia, há esse reconhecimento maior. Recentemente, teve o projeto de lei 3422/2021, que dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência da Lei de Cotas, que tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados e que nós, da Associação Brasileira de Pesquisadoras e Pesquisadores Negras e Negros, apoiamos. Mas não podemos ser ingênuos. Muitos representantes [eleitos], o maior deles inclusive, manifestam-se de maneira racista permanentemente. Eu não acredito que a Lei de Cotas acabe esse ano porque a



sociedade brasileira, em seu conjunto, já compreendeu a importância dela. Tenho certeza que as famílias, seja qual aspecto ideológico for, sabem a importância de seus filhos estarem nas universidades e veem na Lei de Cotas uma esperança a mais para a qualidade de vida, para que os seus filhos tenham um futuro melhor. O amplo apoio popular, a solidariedade à causa negra, fará com que a Lei não acabe em 2022.

IMPrensa: Existe um projeto de lei que busca alterar a Lei de Cotas, retirando o critério racial do programa, destinando as cotas exclusivamente para as e os estudantes de baixa renda. Poderia comentar sobre?

CS: Essa proposta retoma um antigo debate nacional sobre a existência do racismo. Ela recoloca o projeto que nega a importância das ações afirmativas para as pessoas negras. Volta para a temática da democracia racial, de que no Brasil somos todos iguais perante a Lei e que, nesse sentido, não há necessidade de racializar a sociedade brasileira. Por outro lado, esse tipo de proposta também tenta anular toda a história e toda a trajetória do movimento negro, que primeiro denunciou a existência do racismo, racismo institucional, racismo estrutural e do racismo na esfera do ensino superior, que exclui a existência de pessoas negras. Esse tipo de projeto tenta negar o protagonismo de uma organização política, do movimento negro que denunciou e depois transformou em política pública para combater o racismo por meio de políticas afirmativas. Essa é apenas uma parte do problema. Outro é que de fato há uma corriqueira fala, um senso quase que comum na sociedade brasileira, mas que trata no fundo da expressão de uma ideologia, que é a ideologia da democracia racial. Essa crença de que se falar sobre combater o racismo através de cotas, por uma medida de discriminação positiva, acaba por rachar a sociedade. Uns dizem que isso afeta a unidade nacional, isto é somos todos iguais apesar da cor da pele, somos um país formado por brancos europeus, pretos africanos e indígenas, tudo isso é o caldo cultural principal do Brasil, que faz de nós uma nação mestiça e por isso não existe racismo. E adotar cotas para uma parte da população significaria, então, quebrar essa unidade nacional. Desvincular a questão social da racial é um erro histórico.

A questão de baixa renda é importante. As pessoas que frequentam escolas públicas são, em sua maioria, de baixa renda e, por isso mesmo, pela maneira que existe a redação da lei 12.711/2012, no Brasil o que existe são cotas sociais. A legislação fala de reserva de vagas para pessoas egressas de escolas públicas e cada estado tem um percentual correspondente a pessoas negras, indígenas e que incidem no percentual de 50%. A pessoa negra que não frequentou

a escola pública não pode entrar pelo regime de cota da lei 12.711/2012. Existe uma subcota racial dentro da Lei de Cotas. A legislação está ligada às ações afirmativas, compensatórias, reparação históricas, à justiça distributiva. Nesse sentido, é importante o critério, quesito baixa renda, e precisa ter como pano de fundo toda a história da sociedade brasileira, que é racista e que jogou a população negra para bem longe das portas da educação superior.

